

Acórdão n.º 017/2020 - SEGUNDA CÂMARA

Sessão do dia 03 de dezembro de 2020

Recurso n.º 073/2012 - CMC (A.I. nº 20093000033)

Recorrente: **ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.**

Recorrida: **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Relatora: Conselheira **FRANCISCA ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA**

TRIBUNÁRIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. FALTA DE EXIGÊNCIA DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS TOMADOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA. SUBITEM 13.05 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2003. NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS. ADEQUAÇÃO DE ENTENDIMENTO AO JULGAMENTO CONSOLIDADO PELA SUPREMA CORTE E PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. REFORMA DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. IMPROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO E INTIMAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara Julgadora do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município, à unanimidade de votos, Conhecer e Dar Provimento ao Recurso Voluntário, **cancelando-se** o Auto de Infração e Intimação nº 20093000033, de 02 de março de 2009, nos termos do Relatório e Voto que passam a integrar o presente julgado.

Segunda Câmara Julgadora do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município, em Manaus, 03 de dezembro de 2020.

FRANCISCO MOREIRA FILHO

Presidente

FRANCISCA ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA

Relatora

DAVID MATALON NETO

Representante Fiscal

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros HUMBERTO DA COSTA CORRÊA JÚNIOR, JÚLIO RAMON MARCHIORE TEIXEIRA, ATALIBA DAVID ANTONIO FILHO e PEDRO DE FARIA E CUNHA MONTEIRO.

RECURSO Nº 073/2012 – CMC
ACÓRDÃO Nº 017/2020 – SEGUNDA CÂMARA
PROCESSO FISCAL Nº 2009/2967/3446/00150
AUTO DE INFRAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 20093000033
RECORRENTE: ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
RELATORA: Conselheira FRANCISCA ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA., já devidamente qualificada nos autos, Recorre a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF-M, da **DECISÃO Nº 93/2012 – GECFI/DITRIDETRI/SEMEF**, fls. 115/135, exarada nos autos do Processo nº **2009/2968/0795/00119**, que julgou procedente o **AUTO DE INFRAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 20093000033**, de 02 de março de 2009, lavrado pela falta de exigência de Nota Fiscal de Serviços gráficos tomados para confecção de embalagens personalizadas tipificados no subitem e 13.04 da Lista de Serviços anexa à Lei nº 714/2003, no período de **JANEIRO/2004** a **DEZEMBRO/2006**, infringindo, desta forma, o Artigo 17, da Lei nº 254/94.

A empresa autuada traz como razões de defesa as seguintes alegações:

- Decadência do Direito de Ação;
- O Supremo Tribunal Federal declarou nos autos da ADI nº 4389a inconstitucionalidade do subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003;
- A Autoridade Fiscal confundiu atividades gráficas com produção de embalagens;

Ao final, pede pela improcedência do lançamento e pela exclusão dos valores dos meses de janeiro e fevereiro de 2004 alcançados pelo instituto da decadência.

Constando a impugnação interposta pela empresa autuada, a nobre Auditora Fiscal autuante, em sua Réplica, às fls. 56/113, afirma que os valores contidos no Auto de Infração e Intimação não estão alcançados pela decadência tributária pois não houve pagamento de imposto para ser homologado, fato que remete à contagem estabelecida no Artigo 173, inciso I, do CTN;

Os serviços tomados pela autuada configuram prestação de serviço, portanto são considerados hipótese incidência do imposto municipal.



Há uma obrigação de fazer, marcada pela ação pessoal do prestador de serviço;

Ao final, manifesta-se favorável à manutenção do Auto de Infração e Intimação.

Segundo o trâmite normal do processo, a Autuada foi notificada sobre a **DECISÃO Nº 93/2012 – GECFI/DITRI/DETRI/SEMEX**, conforme ciência em 26/09/2012, assinalada no **Termo de Ciência nº 093/2012 – GECFI/DETRI/SEMEX**, à fl. 136.

Em Recurso formalizado a este CARF-M, tempestivamente, a Recorrente recorre da Decisão exarada em sede de Primeira Instância, ratificando os argumentos de defesa no sentido de que não há incidência do ISSQN sobre os serviços tomados por se tratar de processo de industrialização.

A ilustre Representante Fiscal, em seu **PARECER Nº 013/2013 – RF/CMC**, às fls. 184/190, recomendou o sobrestamento dos autos em razão da ADI nº 4389 ajuizada no STF com a mesma identidade de matéria até que houvesse por parte daquela Corte Suprema o respectivo julgamento.

Após decisão do STF sobre a ADI nº 4389, retomados os autos, o Representante Fiscal, em conformidade com o **PARECER Nº 26/2020 – CARF-M/RF/2ª Câmara**, fls. 192/206, opinou pelo **Conhecimento e Provisamento** do Recurso Voluntário, reformando a Decisão de Primeiro Grau, **Cancelando**, portanto, o presente Auto de Infração e Intimação.

É o Relatório.

VOTO

Tratam os autos de falta de exigência de Nota Fiscal de Serviços tomados de composição gráfica – confecção de embalagens personalizadas de produtos destinadas a posterior operação de comercialização, matéria já exaustivamente debatida por este egrégio Conselho de Recursos Fiscais do Município – CARF-M em outros julgados que deram origem a diversos órgãos.

No julgamento da Medida Cautelar na ADI 4.389, o STF decidiu que o ISSQN não incide sobre a industrialização por encomenda, pois, como o bem retorna à circulação, tal processo industrial representa apenas uma fase do ciclo produtivo da encomenda, devendo incidir apenas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Lei Complementar nº 157/2016 trouxe, ainda, substancial alteração ao subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa à Lei nº 116/2016, excetuando do campo de incidência do ISSQN, os serviços gráficos destinados a posterior operação de comercialização e industrialização, ainda, que incorporados de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, definindo que ficarão sujeitos apenas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS.

Considerando a vigência da LC nº 157/2016, cujo texto foi reproduzido pela Lei Municipal nº 2.251, de 02 de outubro de 2017, alterando a redação do subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa; a readequação do entendimento do Superior Tribunal de Justiça¹, que alinhoun os seus julgados ao que ficou consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Medida Cautelar na ADI 4.389/SP.

Considerando que há precedente jurisprudencial administrativo deste CARF-M, no sentido de concluir pela não incidência do ISSQN sobre serviços de composição gráfica nas operações de industrialização por encomenda de embalagens destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadorias, não há que se falar em ocorrência de fato gerador do ISSQN de modo que em consequência, não há obrigação legal quanto à emissão de Nota Fiscal de Serviços, assim, **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** e **PROVIMENTO** do Recurso Voluntário, **CANCELANDO-SE** o **AUTO DE INFRAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 20093000033**, de 02 de março de 2009.

É o meu Voto.

SEGUNDA CÂMARA JULGADORA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS DO MUNICÍPIO, em Manaus, 03 de dezembro de 2020.

FRANCISCA ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA
Conselheira Relatora

¹ AgRg no REsp 1310728 SP 2012/0038838-2; REsp 1832006 / SP – Rel. Min. Herman Benjamin – DJ 10/12/2019 disponível em stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/862208060/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1310728-sp-2012-0038838-2?ref=serp. Acesso em 06/10/2020.